



PONTUS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 23.945.627/0001-10

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Comentários dos Diretores: Apresentação das Demonstrações Financeiras e Outras Informações Financeiras: As informações financeiras devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais auditadas pela Grant Thornton Auditores Independentes, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as quais foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis e com a norma internacional IAS 01 - "presentation of financial statements", emitida pelo IASB. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação sobre os valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro. As informações aqui apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários ora apresentados, traduzem a

visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras para: (i) os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021; (ii) as mudanças nas linhas principais dessas demonstrações financeiras; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações. **a) Condições financeiras e patrimoniais gerais (Em milhares de reais - R\$):** **Ativo e Passivo:** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou um Ativo Circulante de R\$ 2. No mesmo período a cia apresentou um Passivo Circulante de R\$ 17.717 e um Passivo Não Circulante de R\$ 13.787. Isso somado a um Patrimônio Líquido negativo em R\$ 23.115, resulta em um Passivo Total e Patrimônio Líquido de R\$ 8.389. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou um Passivo Circulante de R\$ 9.324 e um Patrimônio Líquido negativo de R\$ 18.041. **b) Demonstração do Resultado:** Em 31 de dezembro de 2022, as Despesas Operacionais da Companhia totalizaram R\$ 53, e Resultado Financeiro negativo em R\$ 2.679, a soma destes levaram a Companhia a registrar um Prejuízo Líquido de R\$ 11.142. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou um Prejuízo Líquido de R\$ 39.951.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício gerado pelas atividades operacionais:		(11.142)	(39.951)
Juros sobre aquisição de empresas		2.553	668
Resultado de equivalência patrimonial		8.410	38.205
Lucro ajustado		(179)	(1.078)
Variáveis nos ativos e passivos			
Obrigações tributárias		(731)	1.054
Outros passivos		7	-
Fornecedores		5	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(898)	(24)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Parte relacionada		857	(155)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		857	(155)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento aquisições		(6.035)	(15.379)
Adiantamento para futuro aumento de capital		6.068	15.529
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		33	150
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(8)	(29)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		10	39
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		2	10
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(8)	(29)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

aliquotas vigentes da seguinte forma: **• Imposto de renda pessoa jurídica:** à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240; **• Contribuição social sobre o lucro líquido à alíquota de 9%:** a Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com relação a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita a interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco. **d) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **e) Apropriação do resultado:** O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber prestação dos serviços no curso normal das atividades da Sociedade. A receita é apresentada líquida de impostos, glosas, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor faturado. A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade, conforme descrição a seguir. **f) Avaliação do valor recuperável dos ativos (exceto ativo):** A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso estas evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, reconhece-se a redução (provisão) do saldo contábil deste ativo (impairment). Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. **g) Instrumentos financeiros:** i) **Reconhecimento e mensuração inicial:** Os títulos de dívida são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros ou passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. ii) **Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado; ao custo amortizado; ou ao Valor Justo por meio do resultado (VJR). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: **•** É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; **•** Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Atualmente a Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR) ou por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA). **3.1. Novas normas, alterações e interpretações emitidas recentemente e adotadas pela Companhia no exercício corrente:** No exercício corrente, a Companhia aplicou uma série de alterações às IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1º de janeiro de 2022. A sua adoção não teve nenhum impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações contábeis. As implementações ocorridas foram como segue: **• Melhorias anuais ao Ciclo IFRS 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhorias anuais:** i) IFRS 1 / CPC 37 – "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais; ii) IFRS 9 / CPC 48 – "Instrumentos Financeiros" – esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros; iii) IFRS 16 / CPC 06 (R2) – "Arrendamentos" – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. **• Alterações a IFRS 3/CPC 15 (R1) Referências à Estrutura Conceitual:** As alterações atualizam a IFRS 3/CPC 15(R1) de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da estrutura de 1989. Elas também incluem na IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37 / CPC 25 Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, o comprador adota a IAS 37 / CPC 25 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo da IFRIC 21 / CPC 21 – Tributos, o comprador adota a IFRIC 21 / CPC 21 para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. **• Alteração à IAS 16 / CPC 27 Imobilizado – Recurso antes do uso pretendido:** As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente de vendas de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso. Consequentemente, a Entidade reconhece esses recursos da venda correspondente custos no resultado. **• Alteração ao IAS 37 / CPC 25 – Contratos Onerosos:** Custo do cumprimento do contrato: em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022. **Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e ainda não adotados pela Companhia:** Até a data de autorização destas demonstrações contábeis, a Companhia não adotou as IFRS novas e revisadas a seguir, que já foram emitidas pelo IASB, mas não entraram em vigor no exercício de 2022. **a) Adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo CPC:** **• IFRS 17 / CPC 50 – Contratos de seguros;** **• Alterações IFRS 10 / CPC 36 (R3) e - Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e IAS 28 / CPC 18 (R2) sua coligada ou joint venture;** **• Alterações às IAS 1 / CPC 26 (R1) - Classificação de passivos como circulante e não circulante;** **• Alterações às IAS 1 / CPC 26 (R1) e - Divulgação de Políticas Contábeis IFRS Declaração da Prática 2;** **• Alterações às IAS 8 / CPC 23 - Definição de Estimativas Contábeis;** **• Alterações às IAS 12 / CPC 32 - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos resultantes de uma única transação.** A administração da Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Companhia em períodos futuros. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

o qual é avaliado pelo método de equivalência patrimonial. A Companhia detém a totalidade das ações do Hospital e reconheceu no seu resultado o prejuízo operacional dos exercícios de 2022 e 2021.

A movimentação do investimento está assim demonstrada:

	31/12/2022	Patrimônio	31/12/2021
Sociedade – Hospital Doutor Marcos			
Moraes			
Investimento	36.087	(38.205)	(2.118)
Agio Goodwill	10.421	-	10.421
Mais-valia e menor de ativos adquiridos	(2.654)	-	(2.654)
Total	43.854	(38.205)	5.649
Investimento	43.854		7.767
Provisão para perda com investimento			(2.118)
Sociedade – Hospital Doutor Marcos			
Moraes			
Investimento	(2.118)	(8.410)	(10.528)
Agio Goodwill	10.421	-	10.421
Mais-valia e menor de ativos adquiridos	(2.654)	-	(2.654)
Total	5.649	(8.410)	(2.761)
Investimento	7.767		7.767
Provisão para perda com investimento			(10.528)

a) Dados da controlada:

	Resultado do Patrimônio exercício (01/01 a 31/12/2021)	
	Ativo	Passivo
Hospital de Oncologia do Méier S.A.	70.775	72.893
	(2.118)	(38.205)

	Resultado do Patrimônio período (01/01 a 31/12/2022)	
	Ativo	Passivo
Hospital de Oncologia do Méier S.A.	132.744	143.272
	(10.528)	(8.410)

A administração da Companhia realizou o teste de recuperação de seu giro, para cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), baseado no cálculo do valor de uso. Para tal, utilizou das projeções dos fluxos de caixa com base no orçamento financeiro aprovado pela administração para o ano subsequente e projeções balizadas pelo planejamento estratégico de cada UGC, adotando premissas de crescimento de receitas, custos, despesas e investimentos fixos e em capital de giro para o período de 5 anos. **As premissas adotadas foram:** i) **Receitas:** projetadas por UGC, levando em consideração o crescimento histórico de procedimentos observado para essas unidades; ii) **Custos e despesas:** baseado no desempenho histórico apresentado e na relação de crescimento estimado das receitas; iii) **Investimentos fixos e capital de giro:** baseados na necessidade de reposição dos ativos fixos, no desempenho histórico, além do efeito de crescimento do resultado. Os fluxos de caixa posteriores ao período de 5 anos foram mensurados por meio do cálculo de perpetuidade, considerando um crescimento anual constante de 2,5%, já considerando o efeito da inflação projetada. Os valores projetados de fluxo de caixa, no período de 5 anos e na perpetuidade, foram trazidos a valor presente utilizando-se a taxa de desconto nominal, revisada anualmente pela Companhia, Weighted Average Cost of Capital (WACC), mensurado nessa data em 15,39%. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foi identificada necessidade de reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável dos ágio decorrentes da aquisição em combinação de negócios.

6. Obrigações tributárias

a) Saldo passivo

Descrição	2022	2021
IRPJ e CSLL	323	1.054
Total	323	1.054

b) Conciliação do resultado

Descrição	2022	2021
IRPJ e CSLL Corrente	-	1.054
Total	-	1.054

7. Fornecedores

Os valores registrados como fornecedores são, substancialmente, representados por saldos a pagar a fornecedores nacionais de medicamentos. Tais medicamentos são utilizados nos procedimentos quimioterápicos.

8. Partes relacionadas

	2022	2021
Contas a receber		
Sociedades ligadas		
Fundação Ary	620	620
Total	620	620

O valor de principal está sujeito à variação do Índices de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), conforme o contrato de compra e venda de ações celebrado entre a Pontus Participações S.A. e a Fundação Ary Frauzino para Pesquisa e Controle do Câncer.

	2022	2021
Contas a pagar		
Sociedades ligadas		
Circulante		
Oncoclinicas do Brasil Serviços Médicos S.A.	465	465
Total	465	465

Non circulante

	2022	2021
Multithema (i)	857	-
Total	857	-

(i) Refere-se a operação de mútuo com a Multithema Serviços Médicos S.A., é corrigido por juros de 100% do CDI + 1,9% a.a. com vencimento para julho de 2023.

9. Contas a pagar de aquisições

	2022	2021
Fundação Ary Frauzino para Pesquisa e Controle de Câncer	19.319	22.801
Total	19.319	22.801

	2022	2021
Circulante	6.389	5.687
Não circulante	12.930	17.114

As contas a pagar por aquisições de Sociedades contemplam os Contratos de Compra e Venda decorrentes de retenções das parcelas do valor a pagar. Sobre esses valores incidem encargos financeiros com base na variação das taxas de 100% CDI, com vencimento para 2025.

	2022	2021
2023	-	5.687
2024	6.389	6.389
2025	6.541	5.038
Total	12.930	17.114

A movimentação do saldo de Contas a pagar de aquisição está assim representada:

	2022	2021
Saldo Inicial	22.801	37.512
Juros Incorridos	2.553	668
Pagamento de Principal	(6.035)	(15.379)
Saldo Final	19.319	22.801

10. Outros passivos

Descrição	2022	2021
Outras contas a pagar	7	-
Total	7	-

11. Patrimônio líquido

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 20.001 dividido em 20.001.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, nos termos da ata da Assembleia Geral Extraordinária de agosto de 2019. Conforme a Assembleia Geral Extraordinária realizada pela Companhia, em 31 de julho de 2020, o Conselho aprovou o aumento do capital social da Companhia mediante emissão de 10.000.000 (dez milhões) de novas ações, por um preço total de emissão de R\$ 11.569, fixado nos termos do artigo 170, §1º, inciso I, da Lei das S.A. O preço de emissão foi alocado da seguinte forma na Companhia: (i) R\$ 10.000 foram destinados à conta de capital social da Companhia; (ii) R\$ 1.569 foram destinados para a conta de reserva de capital da Companhia, nos termos do artigo 182, §1º da Lei das S.A. O quadro acionário é composto conforme segue:

	Capital social	Capital votante	Ações ordinárias
2021			
Oncoclinicas do Brasil Serviços Médicos S.A.	10.002	50,01%	10.002.500
Unimed-Rio Participações e Investimentos S.A.	9.999	49,99%	9.998.500
Total	20.001	100%	20.001.000

	Capital social	Capital votante	Ações ordinárias
2022			
Oncoclinicas do Brasil Serviços Médicos S.A.	10.002	50,01%	10.002.500
Unimed-Rio Participações e Investimentos S.A.	9.999	49,99%	9.998.500
Total	20.001	100%	20.001.000

Adiantamento para futuro aumento de capital: A Companhia possui adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$ 21.856 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 15.788 em 31 de dezembro de 2021). **c) Reserva de lucros:** i) **Reserva legal:** constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento do exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A reserva legal poderá ser utilizada para absorver prejuízos; ii) **Reserva de lucro:** conforme artigo 196 da Lei nº 6.404/76, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da Administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado. **d) Distribuição de lucros:** Conforme descrito no estatuto social, dos resultados apurados, serão inicialmente deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2	10
Total do ativo circulante		2	10
Ativo não circulante			
Partes relacionadas	7	620	620
Investimento	5	7.767	7.767
Total do ativo não circulante		8.387	8.387
Total do ativo		8.389	8.397

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas	12	(53)	(24)
Resultado de equivalência patrimonial	5	(8.410)	(38.205)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(8.463)	(38.229)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	13	-	1
Despesas financeiras	13	(2.679)	(668)
		(2.679)	(667)
Prejuízo operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social		(11.142)	(38.896)
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	6.b	-	(1.055)
Prejuízo do exercício		(11.142)	(39.951)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Capital social	Reservas de capital	Lucros e Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020		20.001	1.569	(15.448)	6.122	259	6.381
Prejuízo do exercício		-	-	(39.951)	(39.951)	-	(39.951)
Adiantamento para futuro aumento de capital	11.b	-	-	-	-	15.529</	

PONTUS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 23.945.627/0001-10

tributos sobre o lucro, o lucro remanescente terá a seguinte destinação: i) 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; ii) Do saldo do lucro líquido do exercício, após a dedução da reserva legal e eventuais ajustes determinados pelo art. 202 da Lei nº 6.404/76 e pelo estatuto, serão destinados 50% para o pagamento de dividendo obrigatório a todos os acionistas, conforme prevê o estatuto, salvo decisão unânime em contrário da Assembleia Geral.

12. Custos e despesas

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

Despesas por natureza	2022	2021
Despesas com comunicação	(23)	(1)
Despesas com serviços de terceiros	(28)	(22)
Outras despesas	(2)	(1)
Total	(53)	(24)

13. Resultado financeiro líquido

	2022	2021
Receita financeira		
Rendimento de aplicação financeira	-	1
Subtotal	-	1

Despesa financeira

Juros passivos decorrentes das aquisições de participações societárias	(2.553)	(668)
Juros passivos de empréstimos com partes relacionadas	(111)	-
IOF	(7)	-
Outras despesas financeiras	(8)	-
Subtotal	(2.679)	(668)
Total	(2.679)	(667)

14. Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível ao acionista da Companhia, pela quantidade média ponderada das ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	2022	2021
Resultado atribuível aos acionistas	(11.142)	(39.951)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares)	20.001	20.001
Prejuízo básico e diluído por ação - em reais (R\$)	(0,56)	(2,00)

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão dessas demonstrações contábeis. A Companhia não possui operações descontinuadas.

15. Contingências

A Companhia registra provisões para fazer face aos seus passivos potenciais. Com base nas informações de assessores jurídicos, na análise dessas questões e atendendo à probabilidade de perda de cada ação judicial, foi constituída uma provisão considerada suficiente para fazer face a eventuais perdas, para as quais a saída de caixa seja provável. Contudo, nos anos de 2022 e 2021 não existiram litígios movidos contra a Companhia, que requeressem a apresentação de valores prováveis ou possíveis em suas Demonstrações contábeis.

16. Aprovação das demonstrações contábeis

A emissão das demonstrações contábeis da Companhia foi aprovada e autorizada pela Administração em 26 de abril de 2023.

DIRETORIA

Eduardo Cesar Alves - Diretor Administrativo e de Operações Oncológicas
Edson Marques Pires Filho - Diretor Médico

CONTADOR

Bianca de Abreu Miranda
MG-093615/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Diretores da Pontus Participações S.A.
Belo Horizonte – MG

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Pontus Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pontus Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em

conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para as demonstrações contábeis, as quais indicam que a Companhia apresenta prejuízos líquidos recorrentes e insuficiência de geração de caixa. Em 31 de dezembro de 2022, capital circulante líquido negativo de R\$ 17.715 mil, prejuízo acumulado da Companhia perfaz o montante de R\$ 66.541 mil e um passivo a descoberto de R\$ 23.115 mil. Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 1, a continuidade normal das suas atividades operacionais dependerá do devido cumprimento do plano de ação estratégico de sua controlada, bem como do sucesso na implementação dos planos apresentados. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das atividades da Companhia e não refletem qualquer ajuste em relação a esta situação. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções

podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época da auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Belo Horizonte, 26 de abril de 2023
Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1
Daniel Menezes Vieira
Contador CRC 1MG-078.081/O-1

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/0C57-EEA6-4281-734B> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 0C57-EEA6-4281-734B



Hash do Documento

F6BiP6WB/3tVRxkX92VtiNi/9Y48+9LHxGlqwgF+BJc=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 03/05/2023 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 03/05/2023 10:37 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

